

**LEI Nº 1.771 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA DO MUNICIPIO DE PORTO  
XAVIER PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2007.**

**VILMAR KAISER, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO  
XAVIER**, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I  
Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa Total, em R\$ 11.834.283,00 (onze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e três reais).

**Art. 3º** - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
<b>1 - RECEITAS CORRENTES</b>	5.277.604,00	7.152.856,00	12.430.460,00
Receita Tributária	458.469,00	182.840,00	641.309,00
Receita de Contribuições	112.773,00	843.007,00	955.780,00
Receita Patrimonial	10.349,00	437.500,00	447.849,00
Receita Agropecuária			
Receita Industrial	3.283,00		3.283,00
Receita de Serviços	73.340,00		73.340,00
Transferências Correntes	4.502.436,00	5.647.233,00	10.149.669,00
Outras Receitas Correntes	116.954,00	42.276,00	159.230,00
(-) Deduções da Receita Corrente		(1.050.954,00)	(1.050.954,00)
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	26.500,00	428.277,00	454.777,00
- Operações de Crédito Internas			
- Operações de Crédito Externas			
- Transferências de Capital		405.035,00	405.035,00
- Alienação de Bens	10.000,00	15.000,00	25.000,00
- Outras Receitas de Capital	1.500,00	8.242,00	9.742,00
- Amortização de Empréstimos	15.000,00		15.000,00
<b>TOTAL</b>	5.304.104,00	6.530.179,00	11.834.283,00

## Seção II

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 11.834.283,00 (onze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e três reais) sendo:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 7.564.328,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 4.269.955,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

**Art. 5º** - A despesa total fixada, por categoria econômica, apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	4.948.712,00	5.099.592,00	10.048.304,00
- Pessoal e Encargos Sociais	2.807.190,00	1.988.422,00	4.795.612,00
- Juros e Encargos da Dívida	121.309,00		121.309,00
- Outras Despesas Correntes	2.020.213,00	3.113.170,00	5.133.383,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	335.392,00	500.587,00	835.979,00
- Investimentos	182.500,00	498.266,00	680.766,00
- Inversões Financeiras	16.092,00	321,00	16.413,00
- Amortização da Dívida	136.800,00		136.800,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	20.000,00	930.000,00	950.000,00
<b>TOTAL</b>	5.304.104,00	6.530.179,00	11.834.283,00

**Art. 6º** - Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Municipal Nº 1.766, de 06/11/2006, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2007, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### **Seção III** **Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - anulação parcial ou total de dotações;
- II - incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço; e
- III - excesso de arrecadação.

**Art. 8º** - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

- I - insuficiência de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios;

IV – suplementação para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação.

### **CAPITULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 9º** - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

**Art. 10** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 11** - As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia 20 (vinte) de cada mês.

**Art. 12** - O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 13** - Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 1.766/2006 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2007, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

**Art. 14** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER  
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**VILMAR KAISER**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**GENI MARIA KOHL SCHROPFER**  
Secretária Municipal de Administração